



ATUAÇÃO INTELECTUAL NO GOLPE CIVIL-MILITAR DE 1964, O CASO DE JÚLIO DE MESQUITA FILHO¹

Francisco Adriano Leal Macêdo*
Universidade Federal do Piauí - UFPI
adrianolealmacedo@outlook.com

Marylu Alves de Oliveira**
Universidade Federal do Piauí - UPPI
marylu.oliveira@gmail.com

RESUMO: O texto problematiza mais uma das perspectivas de época em torno do golpe civil-militar de 1964 e seus desdobramentos. Traçamos considerações sobre o papel do sujeito de posições políticas demarcadas em torno do espectro liberal-conservador, buscando perceber a influência de setores intelectuais como indivíduos envolvidos diretamente nas tramas do golpe e que, posteriormente, sofreram as suas consequências. A fonte principal é um editorial do jornal *O Estado de São Paulo* intitulado “roteiro da revolução”, publicado em 12 de abril de 1964 pelo proprietário e diretor do periódico, Mesquita Filho, escrito a próprio punho. O argumento se desenvolve tomando noções como *força da tradição* de Arno Mayer, as reflexões de Reinhart Koselleck sobre os tempos históricos e os postulados de Michel Foucault acerca da consolidação dos *regimes de verdade*.

PALAVRAS-CHAVE: Golpe militar – Intelectuais – Júlio de Mesquita Filho.

INTELLECTUAL PERFORMANCE IN THE 1964 CIVILIAN-MILITARY COUP, THE CASE OF JÚLIO DE MESQUITA FILHO

¹ Pesquisa desenvolvida com o auxílio financeiro da CAPES.

* Possui graduação em História pela Universidade Federal do Piauí – Campus Senador Helvídio Nunes de Barros. Especialização Pela Faculdade Dom Alberto. Mestre em História do Brasil no PPGHB da Universidade Federal do Piauí. Pesquisa História intelectual, trajetórias e maneiras de pensar o Estado-Nação.

** Possui graduação em História pela Universidade Federal do Piauí, mestrado em História do Brasil pela Universidade Federal do Piauí e doutorado em História Social pela Universidade Federal do Ceará. Pesquisa as seguintes temáticas: Cultura Política, Anticomunismo, Partidos Políticos, PTB, Trabalhismo, Trabalho, movimentos sociais e a relação entre a produção literária e a política. Professora efetiva do curso de História da Universidade Federal do Piauí desde 2009.

ABSTRACT: The text problematizes yet another perspective of the time around the civilian-military coup of 1964 and its consequences. We outline considerations about the role of the subject of political positions demarcated around the liberal-conservative spectrum, seeking to perceive the influence of intellectual sectors as individuals directly involved in the plots of the coup and who subsequently suffered its consequences. The main source is an editorial in the newspaper O Estado de São Paulo entitled “Script of the revolution”, published on April 12, 1964 by the owner and director of the periodical, Mesquita Filho, written in his own hand. The argument is developed by taking notions as a force of Arno Mayer's tradition, Reinhart Koselleck's reflections on historical times and Michel Foucault's postulates about the consolidation of the truth regimes.

KEYWORDS: Civilian-military coup – Intellectuals – Júlio de Mesquita Filho.

— Mas vocês não compreenderam ainda que se não tomarmos o poder agora estamos perdidos? Quem vai governar mesmo no próximo quinquênio é o Jango e o maluco do cunhado dele, o Leonel Brizola. Os dois, mancomunados, continuarão manobrando os sindicatos, encorajando as greves, fazendo passar mais e mais leis favoráveis aos seus eleitores e pelegos, aumentando o salário mínimo, em suma, estrangulando cada vez mais as classes produtoras. Vamos acabar no socialismo!

— Que Deus nos livre — acrescentou, rápida, Quitéria.

[...]

(Erico Veríssimo – Incidente em Antares).

INTELECTUAIS COMO FIOS DE COMPREENSÃO DA HISTÓRIA

Este objeto de pesquisa se insere no horizonte de estudos em que a historiografia tem se enveredado com frequência desde a década de 1980 (GOMES, 2004). A escrita contemporânea da História, que outrora privilegiou modelos histórico-estruturais, passou a refletir também sobre o pensamento social de sujeitos de épocas anteriores. A História Intelectual, por vezes nomeada História das Ideias, define esses indivíduos como “intérpretes do Brasil”, portadores de “diagnósticos” e “projetos” para a Nação (BRESCIANI, 2007; DE LUCA, 1999). A preocupação com o que pensavam e desejavam esses personagens do mundo intelectual é tal que, na virada do milênio, ganhou *status* comemorativo, com a *Folha de S. Paulo* lançando a coleção de livros *Grandes Nomes do Pensamento Brasileiro*. Conforme explicitado na apresentação de cada volume, o leitor deveria “entender como o Brasil se tornou o que é” (SILVA, 2000). Esse mote ambicioso,

para além dos símbolos e conflitos epistemológicos envolvidos, não demonstra sinais de esgotamento.

Os esforços em estudar os intelectuais que atuaram na cena política e social brasileira tomam como objeto de análise indivíduos dos séculos XIX e XX. As conclusões apresentadas possuem semelhanças e diferenças sutis, variando conforme a temporalidade e os conceitos que os preocuparam. Nesse ponto, e, como desdobramento de pesquisas anteriores (MACÊDO, 2018), o personagem aqui estudado é um intelectual paulista que atuou no século XX através de livros publicados e editoriais em seu próprio jornal, a saber, *O Estado de São Paulo*. Trata-se de Júlio de Mesquita Filho,² indivíduo cuja notoriedade familiar já vinha sendo consolidada desde o século XIX. Frente às fontes pesquisadas sobre o sujeito em questão, encontramos a “possibilidade metodológica de se trabalhar com a dimensão social do pensamento e das ideias dos atores, explorando-se fontes que indicam ‘pistas’ e ‘indícios’” (GOMES, 2004, p. 161).

As questões sociais nas quais Mesquita Filho esteve imerso ao longo da sua atuação intelectual possuem aspectos lacunares e enigmáticos que, apesar de existirem diversas pesquisas que se debruçam sobre isso, não é dispensado acatarmos a sugestão Darntoniana em buscar novas respostas ou reflexões para problemas antigos. O que move esta análise é a vontade de saber o que se mostrará na lupa focada sobre a figura do intelectual paulista e quais brasis se refletiram em sua retina. A apropriação acadêmica das suas falas, se não puderem demonstrar “como o Brasil se tornou o que é”, podem ao menos produzir *insights* sobre os devires históricos da constituição da sociedade brasileira, dos preconceitos arraigados e das culturas políticas que a atravessam.

Acrescentamos ainda que os saberes acadêmicos não devem ser tomados como definitivos. O perigo do conhecimento se fechar em si mesmo como um domínio ascético deve ser combatido com novas pesquisas e outras perspectivas. Nesse sentido, a História intelectual tem uma amplitude de diálogo cujas respostas são parciais. Uma resposta dá origem a muitas perguntas. Na historiografia, se observada por um olhar mais cuidadoso,

² *Júlio de Mesquita Filho* nasceu na cidade de São Paulo no dia 14 de fevereiro de 1892, filho de Júlio César de Mesquita e de Lucila Cerqueira César de Mesquita. Seu pai foi advogado, deputado estadual na República Velha e proprietário do jornal *O Estado de S. Paulo*, fundado com o nome de A Província de São Paulo por seu avô materno, José Alves de Cerqueira César, grande proprietário rural representante da lavoura cafeeira do Oeste Novo paulista. Sua irmã, Raquel Mesquita, casou-se com Armando de Sales Oliveira, interventor federal em São Paulo de 1933 a 1935, governador de 1935 a 1936 e candidato à presidência da República nas frustradas eleições de 1938. Ver: FERREIRA, 2021.

percebemos frestas abertas para questionamentos. Trata-se, talvez, do “impulso vital” do conhecimento que nunca cessa, ultrapassando qualquer noção de natureza estática. O texto aqui proposto se alimenta desse impulso, submetido a virtualidades e incômodos do nosso tempo, na trilha de antigas e novas questões que ainda se constituem como enigmas (BERGSON, 2005).

Depois dessa breve digressão com fins explicativos, vamos ao sujeito-signo central. Nascido na última década do século XIX, Júlio de Mesquita Filho provavelmente alcançava o ano de 1964 sentindo o peso da própria mortalidade. A essa altura, já contabilizava dois exílios, por consequência de suas posições políticas.³ O *Kairos – tempo do agora* – desse período era efervescente e as bigornas da forja do Brasil retiniam, onde o futuro era um objeto de disputa aguerrida. Ocupando lugar central no palco dos acontecimentos está a pergunta que já vinha sendo colocada há algumas décadas: Qual regime político e econômico seria mais apropriado para o país? Mesquita Filho ousaria ensaiar uma resposta através do texto “roteiro da revolução” (MESQUITA FILHO, 1969). Nesse caso, a pretensa científicidade e racionalismo do liberalismo que adotou como principal justificativa teórica do “roteiro” em questão levou as instituições brasileiras a colapsos. Em outras palavras, o monstro parido em 1964 tem, entre outras coisas, a genética dos delírios racionalistas de intelectuais como Júlio de Mesquita Filho atuando como elemento legitimador. A concepção do regime partiu, também, da ideia de que a dita “revolução” estava inscrita na ordem natural das coisas, respaldada por intelectuais.

A CARTA REVOLUCIONÁRIA: ROTEIRO PARA A HISTÓRIA

Doze dias depois que o golpe civil-militar derrubou João Goulart de seu cargo de presidente da República, o Jornal *O Estado de São Paulo* publicou um editorial com o título de “roteiro da revolução”. Esse roteiro, que tinha sido endereçado às “altas patentes das Forças Armadas”, era a missiva escrita em vinte de janeiro de 1962, quando essas “altas patentes” teriam inquirido Júlio de Mesquita Filho – diretor d’*O Estado* –, a manifestar sua opinião acerca das conspirações que já teriam então tido início. Esse

³ O primeiro exílio de Júlio de Mesquita Filho foi em 1932, por ocasião de sua participação na chamada “Revolução constitucionalista”; o segundo seria motivado pela oposição ao “Estado-Novo”, prolongando-se entre 1938 e 1943.

roteiro estava dividido em tópicos que, segundo seu autor, teriam a sequência das ações a serem tomadas como ideais para a estruturação do Estado brasileiro. Em outras palavras, estava detalhada a receita política de estrutura linear e causal, tomando as experiências anteriores da política brasileira como parte do seu arsenal analítico (MESQUITA FILHO, 1969, p. 122).

Apoiador bastante assíduo de políticos ligados à UDN, podemos pensar Júlio de Mesquita Filho como sujeito alinhado às aspirações do proeminente partido conservador. O seu lugar na sociedade da época era o da elite nacional, que vinha se mantendo em posições de privilégios há bastante tempo. Próximo do também jornalista Carlos Lacerda,⁴ comungava pelo menos em parte com seus projetos, francamente golpistas; em 1964, estavam definitivamente legitimados pela bandeira da legalidade. A UDN, enquanto partido político, já partira no encalço de demolir a reputação de Getúlio Vargas décadas antes, esforçando-se em colar a sua figura o semblante do ditador que fora até 1945. Os correligionários do partido buscavam articular a ideia de que a metamorfose de Getúlio de ditador para democrata – por vezes alinhado à esquerda – era uma fachada populista de manipulação. Em 1954, o suicídio de Vargas sacudia a firmeza de Carlos Lacerda – “o demolidor de presidentes” – e seu partido. Quando o PSD e o PTB formaram uma coalizão, frustraram a UDN por várias vezes consecutivas. O partido conservador passou a enxergar a aliança que chamavam de “getulismo e populismo” como causa de grande parte dos atrasos do país, passando a desprezar e odiar a situação, ressoando em críticas “mal-humoradas” (MOTTA, 1999, p. 83).

A crescente votação em grupos políticos à esquerda mobilizou novamente o anticomunismo. Na perspectiva do espectro liberal-conservador direitista da União Democrática Nacional, uma atitude se fazia necessária. Como pode ser lido no fragmento do livro *Incidente em Antares* que serve de epígrafe para esse texto – escrito por Erico Veríssimo já na década de 1970 –, as mistificações anticomunistas ecoavam pela sociedade brasileira (VERÍSSIMO, 2006, p. 107). O trabalhismo e a reforma agrária, projetos políticos que eram representados por Jango, eram vistos por muitos como a soleira da porta para o comunismo. É nesse terreno que o argumento construído em torno

⁴ Nas fontes obtidas no arquivo do Jornal *O Estado de São Paulo*, Júlio de Mesquita Filho é o destinatário de uma vasta correspondência enviada por Carlos Lacerda, sempre em tom de amizade e proximidade. Após a morte de Mesquita Filho, Lacerda chegou a projetar a escrita de uma biografia para o amigo, todavia veio a falecer antes que concluísse a tarefa.

da “defesa da legalidade” culminaria no golpe civil-militar de 1964, bem como adentraria mais de duas décadas, sempre alimentando essa ideia – que, a certa altura, passou a justificar a tortura e a morte de brasileiros como “mal menor.”

No livro de Mesquita Filho, intitulado *Política e cultura*, publicado em 1969, figura a transcrição do editorial já referido. O título “roteiro da revolução” encontra um significado forte no contexto da época. A palavra “roteiro” implica um plano que manteria os desdobramentos da conspiração contra o presidente seguindo por trilhos pré-estabelecidos; “revolução”, por sua vez, é um termo de legitimidade que, na década de 1960, segundo os estudos desenvolvidos por Marcelo Ridente, encontrava-se envolto em um grande misticismo romântico. A Revolução com R maiúsculo estava fincada no imaginário coletivo, não sendo exclusividade nem dos espectros políticos de direita ou de esquerda. Era comum que muitos encontrassem causas pelas quais estavam dispostos a pagar um alto preço. Ridente escreve que “[...] talvez os anos 1960 tenham sido o momento da história republicana mais marcado pela convergência revolucionária entre política, cultura, vida pública e privada, sobretudo entre a intelectualidade” (RIDENTI, 2013, p. 135). Os intelectuais canalizam essa tradição revolucionária, passando a integrar seus escritos e engajamentos – “a utopia que ganhava corações e mentes era a revolução”.

A “revolução” que ganharia “o coração e a mente” de Júlio de Mesquita Filho seria protagonizada pelos militares. A partir disso, pensaria ele ser um importante guia, já que os interesses a quem servia esse ponto de inflexão política eram os dos setores conservadores. O governo de João Goulart estava ameaçando bases políticas brasileiras que jaziam em voga há bastante tempo, com mudanças lentas, em que muitas vezes apenas os nomes mudavam e as coisas permaneciam; para conservar esse *status quo*, havia a necessidade de barrar as reformas que Jango e seus apoiadores pretendiam promover.

Em torno dessas reformas, as alegorias anticomunistas foram criadas e compartilhadas de maneira extensa e incontrolável. Um regime socialista poderia estar a caminho, e isso era algo que aterrorizava os indivíduos das classes dirigentes. Essa batalha contra o comunismo possuía raízes que remontavam aos períodos que precederam o “Estado Novo” (MOTTA, 2002). Operando através de mecanismos como a imprensa e criando uma certa *ordem discursiva* (FOUCAULT, 2005) que enunciavam, o terreno para uma “revolução” política foi adubado; as conspirações já estavam a todo pano pelo menos desde 1962, conforme o início do artigo publicado por Mesquita Filho.

O texto é apresentado nos seguintes termos, após detalhar que ele havia sido escrito há aproximadamente dois anos daquela data: “O Dr. Júlio de Mesquita Filho, instado por altas patentes das Forças Armadas a dar a sua opinião sobre o que se deveria fazer caso fosse vitoriosa a conspiração que já se iniciara contra o regime do Sr. João Goulart [...]” (MESQUITA FILHO, 1969, p. 122). Em seguida, desdobra-se a transcrição de uma carta pelas próximas oito páginas, detalhando um itinerário a ser seguido para que a “legalidade” fosse restaurada. A datação é do dia vinte de janeiro de 1962; um “roteiro” em seis tópicos é escrito e endereçado a um destinatário incógnito, referido apenas como “meu ilustre amigo”. Os tópicos possuem os seguintes subtítulos: *Junta militar, tribunais, legislativo, Conselho Nacional, O prestígio nacional e Iniciativa privada*. O intelectual e Revolucionário Mesquita Filho afluía novamente, dessa vez forjando uma receita de como proceder após o golpe de Estado a que chamava de Revolução. Após os seus dois exílios e o passar do tempo, o seu papel na revolução agora era o de pensador cuidadoso por trás da ação. Emprestava seus saberes às forças armadas.

Analisando o documento, em primeiro momento, um pensamento se faz presente – a introdução desse escrito afirma que “a responsabilidade que pesa sobre as forças armadas é enorme” (MESQUITA FILHO, 1969, p. 122). Essa responsabilidade atestada por Mesquita Filho aos militares aparece seguida de referências a diversas ocasiões em que o exército havia agido como poder moderador, especialmente apologético ao “belo movimento que derrubou a ditadura em 1945 e da queda de Getúlio de 1954”. É nesse momento que se faz presente sua preocupação para o que chama de “imprudências que redundaram em fracasso”, já que anteriormente o exército teria entregado precipitadamente o poder a homens que tiveram seus espíritos formados em tempos de ditadura. O personagem dirá que uma atitude planejada e prudente se faz necessária, como se desejasse perscrutar o futuro e fornecer-lhe um plano a prova de falhas, um diagnóstico e receita de intervenções que em “no máximo três anos terá voltado o Brasil a um estado de perfeita saúde política e social” (MESQUITA FILHO, 1969, p. 122).

O roteiro continua, nesse tom de planejamento detalhado. A respeito da junta, ela se constituiria em três militares que fariam as vezes do executivo. Tudo isso seria ancorado na legitimidade constitucional, fundamentada na constituição de 1946 “para acalmar os espíritos e, a partir disso, promover a inadiável obra de saneamento” (MESQUITA FILHO, 1969, p. 122). O chamado de “Poder Executivo revolucionário” promoveria, de dentro dos limites da constituição, uma “reestruturação administrativa e

moral do Estado Brasileiro”. Não é definido, contudo, quais seriam esses limites e até onde era aceitável o esgarçamento da constituição em nome do governo “revolucionário”. Uma vez sob a bandeira da legalidade, as forças armadas desempenhariam o seu papel, posto como quase sagrado, de restaurar a moralidade, o que deveria ser feito, segundo Mesquita Filho, com prudência.

Essa prudência consistia, principalmente, em “evitar violências desnecessárias”. Dado o tom da aquiescência apenas parcial nesse trecho da carta, aparentemente “as forças armadas” planejavam proceder uma derrubada total dos tribunais imediatamente após a então nomeada “revolução”. O “saneamento” dessas instituições era urgente e necessário para que as sombras que tanto diziam combater pudessem ser substituídas pelos faróis do Estado autocrático que estava por dominar o país (MESQUITA FILHO, 1969). O desafio que parece ter havido foi a não existência de uma fórmula para que se efetuassem a substituição de governo; em outras palavras, os conspiradores não tinham controle sobre quaisquer das contingências vindouras. Júlio de Mesquita Filho afirmara que o processo que levaria à queda de João Goulart já havia tido sua ignição, mas não existia um roteiro prévio. Essa previsão que desejava dar conta do futuro começara a ser discutida pelo menos desde 1962 e nem sempre encontrava unanimidade (KOSELLECK, 2006). A consulta de intelectuais e homens ligados à imprensa – como aqui apresentamos Mesquita Filho –, parece ter sido parte do conjunto de ações que compôs o golpe de 1º de abril de 1964.

Júlio de Mesquita Filho pregara prudência. Assim, tornava-se um dos ideólogos *teóricos* que ajudariam a compor o quadro burocrático que cobriria o futuro governo ditatorial com a bandeira da legalidade. Até hoje, os desdobramentos mais sutis desse período muitas vezes permanecem velados por causa do alto grau de complexidade posta ao lado de uma renitente insistência em modelos explicativos. Carlos Fico (2017) faz uma prolífica discussão em torno dessa problemática; segundo este autor, pouca atenção é dada aos acontecimentos (FICO, 2017, p. 35-38). Nesse caso, por exemplo, vemos o eco de como “1964 buscou construir suportes jurídicos e aliou estratégias de legalização do regime às práticas de censura aos meios de comunicação, de cassação arbitrária de mandatos parlamentares e dos direitos políticos” (MONTENEGRO, 2012), consultando intelectuais e pessoas em evidência na política nacional. Essas dinâmicas são lampejos de processos subterrâneos, contudo, não menos importantes. Uma sugestão dada por Júlio de Mesquita Filho na referida carta pode ajudar a compreender como esse processo se

desdobrou. Ele defendia a criação de um “Conselho Nacional” que pudesse ser consultado pela junta militar. Assim teria sido pensado tal conselho:

[...] medida que julgo de grande interesse seria a criação de um Conselho Nacional que acolhesse em seus quadros figuras de grande projeção. Este novo organismo poderia ter apenas caráter consultivo ou deliberativo, ou os dois simultaneamente. [...] A sua presença no organismo estatal viria reforçar sensivelmente o prestígio do governo revolucionário, pois com ele julgo que estaria completada a estrutura jurídico-política do País (MESQUITA FILHO, 1969, p. 127).

Os conselhos que Mesquita Filho apresentaria aos militares nessa carta, que é tornada pública após a deposição de João Goulart, defendem fortemente a restauração da legalidade, segundo os moldes da democracia por ele pensado. Não concebia mais que o país continuasse a se afastar dos seus projetos e, dessa vez, com o espaço muito mais limitado para negociações do que acontecera na década de 1930 e a sua penetração no terreno público. O notável “liberal” fazia aposta alta no exército para que o mando de campo das elites ameaçadas fosse devolvido, numa posição paradoxal: era revolucionário em nome, inserindo-se como tal para efeito de autolegitimação, mas o futuro utópico correspondia, também, a um passado nostálgico. O reacionário – ou uma vontade de retorno – e o revolucionário disputavam espaço em um mesmo indivíduo, o que, em última análise, era um mesmo significante. O indivíduo, como escreveu Norbert Elias, pensara uma sociedade *ao seu modo*, mas que deviria dissonante dos seus desejos (ELIAS, 1994, p. 13). É nesse ponto que a influência das tradições se faz presente, demonstrando grande capacidade de reação, quase seguindo as leis Newtonianas de “igual força e sentido contrário”. Tal fenômeno é análogo ao apresentado por Arno Mayer sobre a permanência do antigo regime na Europa, com papel ativo da aristocracia e dos intelectuais (MAYER, 1987, p. 269).

1964 ENTRE A EXPERIÊNCIA E A EXPECTATIVA: A “REVOLUÇÃO” DEVORA SEUS FILHOS

Conforme o século envelhecia, mais o autor da carta e da matéria de jornal que analisamos nesse texto também sentia o peso dos anos. Giorgio Agamben nos lembra que a terminologia “século” significava, no latim que a derivou, *saeculum*, ou “tempo de vida” (AGAMBEN, 2009, p. 60). Para além de conjecturas, é possível afirmar a vontade de coerência que o fizera acreditar que possuía um “terceiro olho” capaz de perscrutar o

futuro; esse olho estaria vigorosamente fincado nas seis décadas do tempo de vida que tivera no século XX, passando a pretender a segurança dos Oráculos. Essa segurança é evidente quando afirma que caso “[...] a junta militar se mantiver dentro dos limites da política cujos traços principais são os que aí ficam, ela terá contribuído para tornar o Brasil aquela Nação que o seu grande passado prometia” (MESQUITA FILHO, 1969, p. 127).

Mesquita Filho seguia uma tradição de passado que, na primeira República, sujeitos como Monteiro Lobato e o seu próprio pai tinham trilhado – a de compor políticas que tinham lastro numa construção de um país grandioso, expurgando-lhe “as pragas” que o levava à minoridade no concerto das nações (DE LUCA, 1999). Evidências de sua saudade do “liberalismo excludente” da primeira República, na qual vivera até seus quarenta anos, aparece no texto do derradeiro tópico de sua proposta de “Revolução”. Aí entra o seu projeto liberal, construção de um país em que a “iniciativa privada” daria as cartas; ao mesmo tempo, combateria qualquer vestígio de filosofias que remetessem ao socialismo. Caberia ao Estado brasileiro

[...] combater os males que a infiltração do pensamento marxista na política brasileira provocou nesses dois últimos decênios, exacerbando até o paroxismo a intervenção do Estado na economia nacional. [...] se quisermos combater o comunismo dentro das nossas fronteiras, o próximo passo a ser dado pelo futuro governo será o que tenda a conter dentro do razoável a ingerência do Estado naquele delicado terreno estudando, ao mesmo tempo, a maneira de aliviar as responsabilidades financeiras do tesouro, devolvendo à iniciativa privada tudo quanto esta esteja em condição de gerir melhor (MESQUITA FILHO, 1969, p. 126).

O anticomunismo voltava, encarnando parte do clima histórico, mostrando como as dinâmicas da sociedade se canalizam nos indivíduos e como estes reagem. A iniciativa privada era defendida por Mesquita Filho como uma defesa contra o comunismo. Isso se expressava na tentativa de coser o seu *agora* de 1964, fortemente influenciada por suas *experiências* passadas, disputa por um futuro à sua imagem. Nas palavras de Reinhart Koselleck, um horizonte de expectativa *sui generis* estava se constituindo no calor das “decisões políticas tomadas sob a pressa dos prazos e compromissos” (KOSELLECK, 2006, p. 15), sob influência da urgência de uma ação militar que rompesse com uma ordem estabelecida e implantasse outra no seu lugar. Essa sequência de acontecimentos encontra o que afirmara Darcy Ribeiro (2006) na obra que sintetiza seu pensamento, *O*

povo brasileiro. Segundo ele, o golpe civil-militar de 1964 é reflexo de que as classes privilegiadas viviam o medo de qualquer sublevação, reagindo duramente a isso (RIBEIRO, 2006, p. 21-22).

O Historiador estadunidense Thomas Skidmore (2010), nas palavras finais de seu livro *Brasil: de Getúlio a Castelo*, faz uma breve menção a Júlio de Mesquita Filho como participante ativo no golpe, apesar de não fazer nenhuma referência ao “roteiro da revolução” aqui trabalhado. Skidmore aponta o envolvimento de certos setores da sociedade no golpe, sujeitos ressentidos com mudanças recentes no *status quo* brasileiro. Novas dinâmicas que assustavam as classes privilegiadas conduziram o apoio ao golpe, devidamente travestido sob o nome grandiloquente de “revolução”. Skidmore anota que os militares agiram respaldados “por antigetulistas e civis de ideias neoliberais” – como é o caso de Mesquita Filho – e que esses conspiradores estavam certos de que, com a “revolução”, a incômoda herança varguista que viam encarnada em Jango finalmente se exauriria (SKIDMORE, 2010, p. 369). Contudo, esses acontecimentos dariam origem a uma curiosa ironia, como veremos em seguida. Conforme a “revolução” se prolongava e ganhava indisfarçáveis tons de ditadura, os interesses individuais se bifurcavam e se tornariam conflituosos.

O dia 1º de abril é popularmente conhecido como “o dia da mentira”; apesar disso, em 1964, a “peça” pregada no regime democrático no Brasil não foi uma mentira, ainda que recheado delas em seus pretextos. Ainda assim, o espírito do dia parece acompanhar os desdobramentos, uma vez que a célebre frase “a revolução devora seus filhos”, atribuída por Georg Büchner a Danton, parece poder ser aplicada por muitos cá no Brasil pelos anos do regime de governo que seguiu o golpe. Júlio de Mesquita Filho em breve seria engolido; após publicar um artigo com duras críticas ao regime que se instituíra (OESP, 13 de dezembro de 1968, p. 3), distante daquele que escrevera no seu roteiro, o jornal é censurado e seu proprietário nunca mais publicaria nele. “Golpes de Estado são eventos traumáticos, que podem ser bem planejados e executados. Mas, uma vez efetivados, é frequente que abram alternativas políticas diversas”, escrevem Jorge Ferreira e Angela de Castro Gomes, acrescentando que “[...] por isso, o que ocorre após muitos golpes de Estado foge muito do controle de muitos que o promoveram e apoiaram” (FERREIRA; GOMES, 2014, p. 373), o que significa que os sujeitos de cada época possuem seus próprios projetos políticos, mas isso não implica que tudo ocorra de acordo com o “roteiro”.

O *deus ex machina* que conteria o avanço da suposta avalanche comunista estava, enfim, construído. Brotava como a solução milagrosa que levaria o país de volta aos trilhos; diversas mitologias construíram as condições de nascimento desse golpe. A literatura captura sensivelmente essa dinâmica do terror que então era construído: “Os inimigos já estão dentro de nossos muros! Protegeí a vossa intimidade” – escreve Erico Veríssimo no livro *Incidente em Antares*, referindo-se ao crescente anticomunismo – “Fechai as vossas portas e vossos corações a esses forasteiros curiosos e indiscretos agentes do comunismo internacional ateu e dissolvente. [...] Defendamos a nossa crença em Deus, na Pátria, na Família e na Prosperidade! (*Um Patriota*)” (VERÍSSIMO, 2006, p. 141). Na obra ficcional de Veríssimo, essa caricata e irônica referência não estava, de maneira alguma, distante dos “patriotas” dessa época.

Um coro considerável uniu-se para “demolir” Goulart; não apenas Carlos Lacerda, Júlio de Mesquita Filho ou setores da Igreja Católica. Seja a “Pátria”, a “Família” ou a “Prosperidade”, esses poderosos discursos e construções imagéticas através dos meios de comunicação e no senso comum contribuíram com o golpe, que em seguida se transformaria em “revolução” nas narrativas oficiais de época. Mais tarde, os “flautistas de Hamelin” que abandonavam o coreto eram tratados de maneira semelhante àqueles que se recusaram a segui-los desde o começo – como inimigos da revolução. Ditaduras não toleram críticas. O artigo escrito pelo proprietário d’*O Estado de São Paulo* e publicado em plena vigência do Ato Institucional Nº 5 já falava em ditadura; o jornalista já mudara seu tom, talvez por sua cartilha de interesses liberais vir sendo deformada durante o período “revolucionário”. O título sugestivo de “instituições em frangalhos” denunciava a implosão da democracia política pela qual acreditava ter lutado quatro anos antes (OESP, 13 de dezembro de 1968, p. 3). O neoliberalismo referido por Skidmore (2010) não teve pudores quanto ao modelo de Estado que o Brasil fazia uso, justamente por ser o desenvolvimento mais agressivo do já voraz liberalismo. Esse filho bastardo da modernidade, em sua fome insaciável, não pouparia nem mesmo os paladinos e mercenários que lutaram do seu lado.

**“EL SUEÑO DE LA RAZÓN PRODUCE MONSTRUOS”: CONSIDERAÇÕES
FINAIS**

Estudar os intelectuais brasileiros no século XX é, necessariamente, ir de encontro com discursos insidiosos. Falam de um lugar de poder que os transformam em “bandeiras” engajadas em justa causa. As trocas de correspondência entre sujeitos que enunciavam certas vontades de verdade⁵. Nesses projetos, havia uma estética de grandeza e engajamento ao se inflamarem pelo Brasil; por outro lado, essas ideias nem sempre estavam ancoradas em outras realidades visíveis das terras brasileiras. Pelo menos, não aos olhos de todos que habitavam o país. O “humanismo” latente os fazia oscilar entre a descrição e interpretação dos problemas do país, muitas vezes se travestindo de cientistas sociais, davam veredictos de cunho teleológico e finalista. Em meio aos seus argumentos, acreditavam dizer, como lembrou Michel Foucault sobre os intelectuais, a muda verdade de todos (FOUCAULT, 2014, p. 70).

As “forças incorpóreas”, meros princípios abstratos que não encontravam ressonância em realidades maiores, representavam a distância que há entre o direito constitucional e o direito costumeiro, teorias e práticas absolutamente descoladas entre si. Sergio Buarque de Holanda define essa atitude curvada ao cientificismo sem lastro como uma separação “irremediável” desse tipo de razão e a vida, sendo aquele usado apenas “para vestir seus interesses”. As buscas de construção de uma intelectualidade de elite eram fundamentadas por argumentos que se autolegitimavam. Em meio a esse enunciado intelectual, fazia-se presente uma militância pelo “Brasil do futuro”, cuja concretização fazia necessário o sacrifício de gerações inteiras – especialmente aquelas distantes dos “centros de saber” de onde esses discursos intelectuais se enunciavam.

Como escreveu Friedrich Nietzsche (1975), aqueles conceitos que possuem história vivida e lastro de significância entre os homens e mulheres que habitam o mundo, “esquivam-se à definição”, acrescentando que “só o que não tem história é definível”. Pois bem, o liberalismo conservador que moveu os engajamentos de Júlio de Mesquita Filho, intelectual e sujeito-cidadão brasileiro, enfrenta o mundo em sua complexa profusão, muito mais amplo do que costuma admitir um pensador inspirado pelo positivismo. Por outro lado, os problemas que envolvem a lentidão na construção da cidadania no Brasil permitem que os poderes sejam embebidos por uma linguagem que não responde aos anseios da maioria. Esse fenômeno nos remete também ao que disse

⁵ Michel Foucault definiu o conceito de *vontade de verdade* como ligado a lugares de saber e poder, quando sujeitos legitimados pela ordem discursiva de determinado tempo, dão verossimilhança a determinadas versões. Ver: FOUCAULT, 2012.

João Ubaldo Ribeiro (2007) em *Viva o povo brasileiro*, em alusão a como os heróis brasileiros são criados de maneira aberrante, escondidos sob uma névoa de sangue (RIBEIRO, 2007, p. 555).

Ligado à tradição da razão do século XIX, o golpe civil-militar de 1964 encontra ressonâncias em sujeitos que desejaram fazer da política do país um edifício construído a partir de ideais da ciência. O “terceiro olho” falha em desvendar as contingências do tempo e da vida humana nos termos exatos que desejou. Ainda assim, esse roteiro contribuiu para dar tons de legitimidade, servindo a forças que se definiriam no futuro. O retorno a essa *tradição* como a fulguração de um futuro desejável desvela aquilo que Carlos Guilherme Mota (2010) afirma sobre os intelectuais chamados de “intérpretes do Brasil”: esses pensadores não balizavam suas escritas em pesquisas empíricas apuradas, mas, no limite, em perspectivas sociológicas que carregavam consigo teleologia e apriorismos desejosos de autoevidência.

Esses enunciadores de tautologias e pretensos “Heróis civilizadores” devem ser pensados a partir do conceito de “ideólogos”, e não de “explicadores” (MOTA, 2010, p. 23). A etimologia da palavra “explicar” remete à exposição de uma realidade que transcende qualquer desejo humano e, por isso mesmo, torna-se incontestável. Essa dinâmica faz parte da construção de regimes de verdade. Mas o “charme da ciência” que circundava esses intérpretes é a imanência argumentativa, um “Brasil” construído com base na fantasmagoria de origens e causalidades inscritas no *telos* da História. Os sofismas aí enunciados desvelam, *a posteriori*, “fazendeiros do ar” tentando forjar uma Nação aos seus modos e moldes. As armadilhas conceituais que se entrelaçaram em 1964, quando arrebatadas ao mundo sensível da cidade dos homens, devoraram impiedosamente aqueles que até pouco tempo atrás eram seus aguerridos defensores.

Foram criados templos para cultuar esse Brasil, fortalecer sua retórica, torná-lo real. Ídolos foram eleitos para figurarem nas suas sagradas escrituras historicistas, questão amplamente discutida por Arno Wehling (1983). Os prolongamentos dessas construções meta-históricas formam biombos por trás dos quais se escondem realidades contraditórias e desigualdades abissais. Lembrando o trecho de *Grande sertão: veredas*, “no real da vida, as coisas acabam com menos formato, nem acabam”. Essa metáfora nos serve para pôr em suspeição esse construto nacional quimérico, cujas múltiplas faces já são esculpidas há quase dois séculos por muitos artistas diferentes. O tal “biombo” é uma

“sedução dos trópicos”, inteligível o bastante para produzir certa verossimilhança, mas que não abrange tudo.

Júlio de Mesquita Filho pode ser pensado como um observador atento do seu tempo e, de certa forma, buscou construir a partir de si mesmo um arcabouço epistêmico que legitimasse a própria ideia de Nação. A trajetória de um sujeito que, contraditório como manda a condição humana, vislumbrou a *sua* nação ideal. O “caráter nacional” e a “invenção de um povo” se legitimam na palavra escrita e ações práticas, efetuando-se a partir dos encontros e desencontros com diversos dos seus contemporâneos, definindo o sentido geral da sua trajetória. Uma ironia que permeia seu “destino” é que, ao passo que a fração de brasileiros que conheciam as ideias de Júlio de Mesquita Filho é menor do que faz crer a sua força de divulgação, muitas delas se introduziram no *modus operandi* político e cultural brasileiro. Isso se deve a uma certa imagem do pensamento sobre o Brasil, que se construiu solidificando os lugares comuns. O título de uma das obras de Francisco Goya apresenta uma metáfora que consideramos ilustrativa no presente caso – *El sueño de la razón produce monstruos* –, pois vimos que a torre da modernidade e suas sentinelas heurísticas não era tão inexpugnável; não apenas o “sono da razão” produz monstros, mas também seus “sonhos”, conforme sugere o trocadilho de Goya.



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FONTES

HEMEROGRÁFICAS

ROTEIRO da revolução. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, ano 1875, n. 27.292, p. 144, 12 abr. 1964.

INSTITUIÇÕES em frangalhos. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, ano 1875, n. 28.737, p. 3, 13 dez. 1968.

ENSAIOS

MESQUITA FILHO, Júlio de. Roteiro da Revolução. In: _____ **Política e cultura**. São Paulo: Martins Editora, 1969. p. 120-127.

LITERATURA

- RIBEIRO, João Ubaldo. **Viva o povo brasileiro**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2007.
- ROSA, Guimarães. **Grande sertão: veredas**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.
- VERÍSSIMO, Erico. **Incidente em Antares**. São Paulo: Companhia das letras, 2006.

SITES CONSULTADOS

- FERREIRA, Marieta de Moraes. Júlio de Mesquita Filho. Verbete Biográfico. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo>> acessado em 07 de mar. de 2019.

BIBLIOGRAFIA

MONOGRAFIAS

- MACÊDO, Francisco Adriano Leal. **Nação como retórica: a construção da ideia de Brasil por Júlio de Mesquita Filho (1932-1964)**. 2018. 115 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura Plena em História) – Universidade Federal do Piauí, Picos, 2018.

LIVROS E CAPÍTULOS DE LIVROS

- AGAMBEN, Giorgio. **O que é contemporâneo? e outros ensaios**. Chapecó, SC: Argos, 2009.
- BERGSON, Henri. **A evolução criadora**. São Paulo: Ed. Martins Fontes, 2005.
- BRESCIANI, Maria Stella Martins. **O charme da ciência e a sedução da objetividade: Oliveira Vianna entre intérpretes do Brasil**. São Paulo: Editora UNESP, 2007.
- DE LUCA, Tania Regina. **A Revista do Brasil: um diagnóstico para a (N)ação**. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999.
- ELIAS, Norbert. **A sociedade dos indivíduos**. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.
- FERREIRA, Jorge; GOMES, Angela de Castro. **1964: o golpe que derrubou um presidente, e pôs fim ao regime democrático e instituiu a ditadura no Brasil**. Rio de Janeiro: São Paulo, 2014.
- FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970**. Tradução: Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Loyola, 2012.

_____. **Microfísica do poder**. Organização e tradução: Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 2014.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Tradução: Wilma Patrícia Maas e Carlos Almeida Pereira. Rio de Janeiro: Contraponto; Ed. PUC-Rio, 2006.

MAYER, Arno. **A força da tradição**: a persistência do antigo regime (1848-1914). São Paulo: Companhia das letras, 1987.

MONTENEGRO, Antonio Torres. História e memória de lutas políticas. In: MONTENEGRO, Antonio Torres; RODEGHERO, Carla S.; ARAÚJO, Maria Paula. (Org.) **Marcas da memória**: história oral da anistia no Brasil. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2012.

MOTA, Carlos Guilherme. **História e contra-história**: perfis e contrapontos. São Paulo: Globo, 2010.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Introdução à História dos Partidos Políticos brasileiros**. 2 ed. Belo Horizonte: UFGM, 1999.

_____. **Em guarda contra o perigo vermelho**: o anticomunismo no Brasil. (1917-1964). São Paulo: FEPESP, 2002.

NIETZSCHE, Friedrich. **O pensamento vivo de Nietzsche**. Apresentação Heinrich Mann, tradução Sérgio Milliet. São Paulo: Martins/ Edusp, 1975.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro**: a formação e o sentido do Brasil. São Paulo: companhia das letras, 2006.

RIDENTI, Marcelo. Cultura e política: os anos de 1960-1970 e sua herança. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs.). **O tempo da ditadura**: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. 6. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013. (O Brasil Republicano, 4).

SILVA, José Bonifácio de Andrada e. **Projetos para o Brasil**. São Paulo: Companhia das letras; Publifolha, 2000.

SKIDMORE, Thomas E. **Brasil**: de Getúlio a Castelo. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

ARTIGOS DE PERIÓDICOS

FICO, Carlos. Ditadura militar brasileira: aproximações teóricas e historiográficas. **Revista Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 9, n. 20, p. 05 - 74. jan./abr. 2017.

GOMES, Angela de Castro. Questão social e historiografia no Brasil do pós-1980: notas para debate. In: **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n.34, jul-dez, 2004.

MACÊDO, F. A. L. “Relíquias da existência de um intelectual: os mundos fraturados de Júlio de Mesquita Filho na “Era dos Extremos”, nº8, pp. 108-124. 2019. Disponível em <<http://revistas.usp.br/revistaintelligere>>. Acesso em 29/02/2020.

WEHLING, Arno. **As origens do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. RIHB, Rio de Janeiro, n.338, p.7-16, 1983.

RECEBIDO EM: 07/05/2020

PARECER DADO EM: 19/08/2020



www.revistafenix.pro.br